

# O DIZER DO OUTRO SOB EFEITOS DE GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

---

Hélder Sousa Santos<sup>1</sup>

## Resumo

Sob crivo teórico da Linguística da Enunciação, este artigo se propõe a analisar gestos de interpretação que um aluno vestibulando efetivou na redação que produziu em contexto de vestibular. Para isso, partimos da hipótese de que os enunciados reformulados por tal aluno, tendo em vista a leitura e a interpretação que *a priori* realizou com o texto motivador (TM) presente na prova de redação de vestibular, podem nos apresentar efeitos de sentido que sejam, ao mesmo tempo, da ordem do *Um* (a paráfrase) e da ordem do *Não-Um* (a polissemia) de possíveis sentidos do TM. Quanto a isso, damos relevo ao fato de que é preciso suspeitar da evidência imaginária de sentidos “pré-existindo” em formas linguísticas de textos.

**Palavras-chave:** efeitos de sentido; paráfrase; polissemia.

## Abstract

Under a theoretical cribble of Linguistics of Enunciation, this article proposes to examine acts of interpretation that a student effected in writing that produced in the context of vestibular. For this, we start from the assumption that enunciations that was reformulated by the student, in view of your reading and interpretation *a priori* performed with the text motivator (TM) presents in the writing test of vestibular, can show us effects of sense that may be, at the same time, from the order of the ALL (the paraphrase) and the order of NON-ALL (the polysemy) from possibles senses of the TM. In this respect, we give emphasis to the following fact: it's necessary to suspect the imaginary evidence of the senses "pre-existing" in linguistics forms of texts.

**Key-words:** effects of sense; paraphrase; polysemy.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Linguísticos (UFU). E-mail: [helder\\_sousa@terra.com.br](mailto:helder_sousa@terra.com.br)

---

## 1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A necessidade de (re)tomar o que nosso interlocutor disse ou escreveu sempre fez parte das práticas linguísticas humanas. Citações, formas de discurso relatado, menções são mecanismos fundamentais que favorecem a prática de (re)tomar a “suposta” escritura do outro. Também, é possível (re)tomar o que se atribui a si mesmo. Expressões (meta)enunciativas tais como *ou seja* e *isto é* — comuns em textos, sejam estes escritos ou orais — marcam, por exemplo, o esforço daquele que diz, escreve e que, nessas circunstâncias, interpreta o simbólico e constrói imaginariamente, sob a ilusão de mesmo, um *Um* de sentidos. Dessa forma, o ato de atribuir sentidos para o que se lê e de tentar reconstruí-los “como efetivamente são” parece possível àquele a quem é imputada a tarefa de reproduzir enunciados textuais.

Em vista desses fatos, o presente estudo se propõe a analisar a questão da (re)tomada do dizer do outro, pensando-a, aqui, em especial, a partir de gestos de paráfrase formulados por vestibulandos com enunciados do texto motivador (doravante TM)<sup>2</sup> de uma prova de redação de vestibular. Quanto a essa produção, destacamos que, ao ser reconhecida como uma construção parafrástica — inicialmente pelo próprio produtor que formula um dado texto e, posteriormente, por um corretor de redação de vestibular —, seus responsáveis (os vestibulandos) cuidam por não serem rechaçados naquilo que (re)construíram, julgando os sentidos produzidos como únicos, absolutos.

Com efeito, sobre esse *produto-formal* alcançado por vestibulandos, formulamos, a saber, a seguinte questão: *trata-se (ou não) de um efeito dos mesmos sentidos de enunciados que o “engendraram”?* Ora, há pouco, asseveramos que o ato de (meta)enunciar um dizer institui-se entre nós como sendo um gesto imaginário de construir um *Um* de sentidos para textos. Tal asseveração, sem que nos ocupássemos por exhibir (suas) justificativas, (d)enuncia aqui nossa suspeita do desejo humano em dar conta dos *mesmos sentidos* que “funcionam” em um dado texto. É por isso então que, se observadas as formas linguísticas que os vestibulandos representaram na paráfrase

---

<sup>2</sup> Julgamos necessário, ao final deste texto, reproduzir ao leitor o TM do qual o aluno vestibulando lançou mão para produzir algumas paráfrases, aqui, perscrutadas. Para tanto, antes que seja feita a leitura de nossas análises, sugerimos seu conhecimento na seção *Anexo*.

## O dizer do outro sob efeitos de gestos de interpretação

construída para enunciados do TM, existe, conforme o quadro teórico a que nos filiamos (a Linguística da enunciação), o sentido diferente sendo constituído e se instituindo em uma escrita outra; escrita que (re)vela alteridades e subjetividades em meio a um simbólico que é sempre da ordem do não-todo. Como a paráfrase é um *fato linguístico* relativo ao sentido, as abordagens estruturais em que a instância vestibular se respalda para submetê-la à avaliação que faz, ao serem tomadas (em detrimento do sentido) por corretores de redação que procuram localizar sentidos do TM em formas linguísticas reproduzidas em redações de vestibulandos, acarretam um deslocamento daquilo que lhe é constitutivo/fundante à sua natureza (e que, efetivamente, deveriam ser percebidos): os aspectos semânticos que foram (re)formulados.

No que toca então aos gestos do vestibulando em (re)escrever enunciados do TM da prova de redação de vestibular na redação que ele fez, tomamo-la, aqui, como material de análise, o qual nos convoca a pensar na questão da paráfrase como possível lugar de emergência de algo mais, de sentidos-outros. Ora, pensar a paráfrase como mera tradução de formas da língua, ou mesmo um ato explicativo nos domínios do linguístico é pouco, quando nos colocamos a refletir sobre a amplitude que tais formas podem, decerto, assumir se enxergadas ante o enlace de fatos dos universos linguístico e enunciativo.

A prática de parafrasear textos, dessa forma, não é simplesmente um retorno ao mesmo espaço dizível. É mais que sustentar um saber já existente, uma vez que, ao se produzir uma variedade de formas do mesmo, surge, conseqüentemente, o diferente, surge um enunciado-outro oferecendo (até mesmo) possibilidades de interpretações-outras. Esse diferente que existe quando se está a parafrasear textos já é determinado pela própria condição de enunciação, posto que a nova enunciação (no caso, a redação do vestibulando), por sua vez, determina alterações, inclusive alterações lexicais e articulatórias.

Compreender, então, o fenômeno parafrástico como um *fato linguístico*, a partir da noção espontânea (recorrente no senso comum) de igualdade entre as formas da língua semelhante, também, à maneira como é enfocado em trabalhos de cunho formal, nos quais se diz ser exercício lexical que se propõe a identificar enunciados em um texto

reformulado que tenham os “mesmos” sentidos de enunciados de um texto “origem”<sup>3</sup> — é simplesmente minimizá-lo face a “certezas” de uma escrita que se diz ser pragmática, isto é, um objeto comum a seus usuários e, portanto, passível de ser agarrado por estes em, por exemplo, gestos de selecionar estruturas linguísticas que devem ser percebidas como sendo da ordem dos mesmos sentidos de um TM. Acerca desse modo de compreender o que seja (meta)enunciar enunciados de um TM, destacamos, porém, que a questão da paráfrase aí implicada não é tão simples assim, uma vez que há na sua realização a emergência de traços subjetivos daquele que a produz.

Fazendo-se entrever, dessa maneira, o parafraseador de textos na condição de alguém que opera sobre a matéria linguística de um texto (e não alguém que está sob a injunção de “duplicar” fórmulas de pensamento “já” produzidas), é oportuno (mesmo que rapidamente) ressaltarmos um fato relativo à paráfrase. Trata-se, neste caso, do modo como compreendemos (ou deveríamos compreender) estatutos ligados à *interpretação* de textos.

No que concerne, pois, aos estatutos que nos permitem realizar a interpretação de textos, apenas de forma sumária<sup>4</sup>, lembramos que estes nos revelam elementos capazes de pôr em dúvida a propalada fidelidade que se atribui à prática de parafrasear textos. Sob essa questão, nota-se que o sujeito da enunciação, ao enunciar, (se) diz, deixando naquilo que diz marcas de sua presença. Chama-nos atenção nisso a oportunidade de se poder olhar tanto para possíveis *efeitos de sentido* que há em paráfrases formuladas por vestibulandos, quanto para a diversidade de leituras (daí) possíveis. Essa decalagem constitutiva da prática de paráfrase permitiu-nos, adiante, o questionamento de deformações de enunciados do TM da prova de redação de vestibular; estes, pois, (con)vertidos na redação do aluno vestibulando em “mesmos” dizeres do TM, conforme avaliação de corretores de redação de vestibular.

---

<sup>3</sup> Aqui, ressaltamos que, sob óptica de trabalhos inscritos no âmbito do que se designa por Linguística da enunciação, nenhum texto (cuja natureza por si já é lacunar) pode ser tomado como origem de sentidos. Efetivamente, esse é o motivo de apresentarmos a presente nota para o termo “origem” na forma aspeada.

<sup>4</sup> Sugerimos ao leitor a leitura da obra *Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico*, de E. Orlandi (2004); obra em que são problematizadas questões acerca de estatutos das atividades de ler e interpretar textos.

## O dizer do outro sob efeitos de gestos de interpretação

Face a essas questões acima, por estarem todas elas destacando o tópico *paráfrase no vestibular*, elegemos enquanto escopo do presente trabalho a possibilidade de, na seção abaixo, entrevermos *efeitos de sentido*<sup>5</sup> que assumimos como existentes em (re)escritas parafrásticas de uma redação de um aluno que a produziu em contexto de vestibular. O material eleito para conseguirmos aduzir isso consta de apenas uma redação que o aluno vestibulando redigiu durante o *Processo seletivo de vestibular* que prestou — em tal processo foi exigido desse aluno [conforme injunções que compõem a prova de redação de vestibular (COPEV. **Arquivo de prova**. Dez 2008)] a produção de paráfrases do TM. Acerca dessa injunção, há que se destacar o fato de que a paráfrase deve estar amarrada a uma parte de sua produção textual. Foi justamente essa amarração que nos permitiu, por conseguinte, destacar aqui alguns *efeitos de sentido* emanados da materialidade linguística (re)construída pelo vestibulando, uma vez que é possível avaliar a vontade de repetir as palavras alheias sob a crença de que se esteve a reproduzir o ato de enunciação parafraseado. Posto que, nos domínios da linguagem, “um ato é, por definição, algo irrepetível” (FLORES, 1999, p. 265), na seção seguinte, encontram-se (sob forma prática) discussões que (des)envolvemos para melhor aduzir a questão da emergência de subjetividade implicada às práticas de paráfrase na prova de redação de vestibular — subjetividade que representa um possível fator que desencadeia a disseminação de sentidos “do TM” na redação analisada. Ademais, brevemente, torna-se possível problematizar (pela via *(e)feitos de sentido que destacamos haver na* escritura da redação aqui perscrutada) a emergência de traços de autoria em dizeres que, no texto do aluno, deveriam aparecer como sendo da ordem do *Um* imaginário de sentidos do TM da prova de redação de vestibular. Quanto a essa questão da autoria, destacamos que nossa análise baseou-se em alguns pressupostos teóricos de pesquisas de POSSENTI (2002) e de TFOUNI (2008).

---

5 A noção de efeitos de sentido, tal qual é assumida em trabalhos de Análise de discurso de linha francesa, é retomada em nosso estudo como sendo *(e)feito de um exercício singular resultante de reformulações de formas linguísticas* que o aluno vestibulando enunciou na escritura da redação que fez.

A seguir, vejamos a análise que construímos para gestos de paráfrase localizados e avaliados por dois corretores de redações de vestibular (corretores A e B) <sup>6</sup> em uma redação produzida por um aluno vestibulando.

**2. NOTAS SOBRE A PRÁTICA DE PARÁFRASES NO VESTIBULAR:** refletindo sobre “os mesmos sentidos do tm” encontrados na (re)escrita da redação do aluno vestibulando

No que concerne à presente análise, procuramos direcioná-la a partir de um comentário deixado pelo corretor B junto às paráfrases que este localizou (ver grifos) e avaliou para o T1 abaixo: “o candidato reescreve o texto motivador com suas palavras, sem alterar o sentido dele. Demonstra que entendeu claramente a ideia do texto, desenvolve poder de síntese, clareza e precisão vocabular”. Diante de tal comentário, destacamos o fato de que o mesmo caracteriza a paráfrase realizada pelo vestibulando como “comportada”. Antes, porém, de questionarmos o comentário do corretor B, atentemo-nos ao que nos diz o T1<sup>7</sup>:

Texto 1 (T1):

#### **A humanidade sem alimento suficiente**

Em pleno século XXI, um grave problema assombra o mundo: A crise de alimentos. Esta tem levado muitas pessoas a passarem fome, chegando a um estágio lamentável. Portanto é necessário mudar essa realidade famélica de certos indivíduos, revertendo esse quadro, melhorando a qualidade de vida, ou seja, contendo a fome.

No século XIII, Thomas Malthus disse que no futuro não haveria comida em quantidade suficiente para todos. Seu pensamento ainda não foi totalmente confirmado, mas a situação atual da humanidade caminha aos poucos para isso. Os alimentos estão cada vez mais caros, nos últimos anos o aumento dos preços foi maior que 50% no geral. Isso faz com que pessoas de classe baixa, e as que vivem em estado de miséria não tenham acesso a comida, pelo fato de não terem condições de adquiri-las, acarretando fome as mesmas.

<sup>6</sup> Cumpre esclarecer ao leitor que as paráfrases adiante analisadas foram, inicialmente, avaliadas por dois corretores de redações de vestibular (corretor A e corretor B), para os quais pedimos somente isso: que localizassem *pontualmente possíveis paráfrases* (grifando-as) na redação aqui aduzida (T1); além disso, pedimos aos mesmos corretores que produzissem algum julgamento (cada um fez o seu) às paráfrases que viessem a localizar no T1.

<sup>7</sup> Acerca das formas linguísticas grafadas “incorretamente” no T1, conforme prescreve a norma culta do português brasileiro, optamos por somente transcrevê-las aqui (assim como se encontram na redação que o vestibulando produziu), sem analisá-las sob crivo de ópticas normativas.

## O dizer do outro sob efeitos de gestos de interpretação

A crise têm dentre suas causas, a grande demanda de alimentos, decorrente da alta quantidade populacional em países emergentes como, Brasil, China e Índia, do desenvolvimento interno econômico que se eleva tornando cada vez mais essas nações, em nações urbanas importando em alto índice, aquilo que não está sendo mais produzido.

Outro fator causador deste colapso, é o desperdício e o seu índice é alarmante. De acordo com um artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo, uma família de classe média, e média, desperdiça 182,5% quilos de comida por ano. Esse dado mostra o quanto é grave esta questão e quão pouco é a consciência dos cidadãos em relação a isso.

Portanto, diante de tal caos é necessário que haja a diminuição no consumo excessivo de alimentos, a redução de desperdícios alimentícios e o investimento na produção de alimentos para romper com esta debilidade, aumentar a quantidade de comida, e de de comida acessível para toda população.

Em suma, é necessário mudar essa realidade e fazer com que todos os cidadãos sejam beneficiados, afinal qualquer pessoa tem direito a vida, a se alimentar.

Resumidamente, a estrutura textual do T1 nos orienta perceber seus conteúdos da maneira seguinte:

1º§ **A**presentação da tese: “A crise dos alimentos” no século XXI + Exposição de um dos efeitos dessa crise + Referência vaga/indeterminada a “meios” de sanar a atual crise dos alimentos.

2º§ Exibição da 1ª paráfrase (em todo o 2º§) com base em afirmações que, no TM, aludem às teorias do pensador Thomas Malthus sobre a possibilidade de uma fome mundial ainda muito próxima a nós.

3º§ Exibição da 2ª paráfrase (em todo o 3º§) que destaca causas para a crise atual de alimentos.

4º§ Exibição da 3ª paráfrase (com base em um dado estatístico presente no TM sobre desperdício de alimentos) + Comentário de tom pessoal, destacando a gravidade do problema da fome e a falta de consciência de cidadãos quanto a isso.

5º§ 1º Desfecho: sugestão acerca de um possível modo de conter a crise de alimentos no mundo.

6º§ 2º Desfecho: manifestação de um provável desejo (da parte do vestibulando) em mudar a realidade da atual crise de alimentos.

Quanto à estrutura do T1, destacamos dela aquilo que melhor interessa à nossa análise: a paráfrase. Esta apareceu três vezes nesse texto (no 1º, 2º e 3º parágrafos), consoante avaliação dos corretores A e B. Em face dessas paráfrases, a seguir, destacamos alguns *efeitos de sentido* resultantes do trabalho do vestibulando com aquilo que ele recortou do TM. Ademais, a partir de tais efeitos de sentido, discutimos a questão da subjetividade<sup>8</sup> que parece estar (re)velada em reconhecimentos (no caso, em reconhecimentos realizados pelos corretores A e B) de gestos de paráfrase (re)formulados no T1.

Inicialmente, em se tratando da 1ª paráfrase presente no 2º§ do T1 (“No século XIII, Thomas Malthus disse que (...)”), podemos afirmar que ela nos faz aqui (entre)ver sentidos-outros (estes, claro, são diferentes daqueles que “existem” no TM) emergindo a partir de sua estrutura (re)formulada. Quanto a isso, destacamos que o referido parafraseamento trata de uma enunciação sobre outra enunciação — o uso, nessa paráfrase do T1, de um *verbo dicendi*<sup>9</sup> (“disse que”) corrobora bem isso. Esse verbo aparece, pois, (re)significando sentidos que podem não se verificar no TM. Ora, “prever algo” (TM) não é o mesmo que “dizer algo” (T1) — o fato de (pre)ver alguma coisa parece ser fruto de um possível estudo que se tenha realizado da parte de Thomas Malthus e não algo accidental, da maneira como foi metaenunciado [“Thomas Malthus disse que (...)”].

Para esse parafraseamento do 2º§ do T1, destacamos, também, que sua estrutura, sob forma de discurso indireto (“Thomas Malthus disse que (...)”), sinaliza um papel-outro daquele que agora metaenuncia (o vestibulando). Este, por sua vez, assume papel de comentador daquilo que, “conforme” o TM, “Thomas Malthus previu”. Aqui, cumpre destacar que, embora tal papel nos faça enxergar sentidos-outros na paráfrase em

---

<sup>8</sup> Apesar de os corretores A e B serem preparados para localizar (e “avaliar”) o que seriam paráfrases dos textos motivadores da prova de redação de vestibular (*Situações A e B*) em redações de vestibulandos, temos de nos dar conta de que a subjetividade não é algo assim domesticável e, volta e meia, ela emerge desestabilizando o processo seletivo de vestibular, porque coloca corretores em desacordo.

<sup>9</sup> Nome que se dá a verbos de declaração, como, por exemplo, “afirmar”, “dizer”, “exclamar”, “responder”, etc.

## O dizer do outro sob efeitos de gestos de interpretação

questão, estes não implicam deformação no conteúdo do TM — isso, com efeito, nos autoriza asseverar que a (re)formulação do vestibulando está, enunciativamente, dentro do que se chama de “limiar de distorção do sentido” (FUCHS, 1994, p. 29).

Ainda no 2º§ do T1 (2º, 3º e 4º períodos), verificam-se outros gestos de paráfrase que nos levam até sentidos, em parte, diferentes daqueles que, normalmente, se pode (re)construir por meio do TM. Diante desses gestos, esclarecemos que eles (no T1) servem para o vestibulando questionar a não validade total da tese de Thomas Malthus (“Seu pensamento ainda não foi totalmente confirmado, mas a situação atual da humanidade caminha aos poucos para isso.”) e, além disso, para direcionar a exposição de idéias que o produtor do T1 construiu em torno da questão da alta de preços dos alimentos (situação que, no mundo atual, tem levado grande parte de pessoas à miséria).

Assim, quanto a esses três períodos que compõem o 2º§ do T1, notamos que, mesmo sendo resultado da leitura atenta que seu produtor procurou fazer do TM, eles ficaram divididos entre a possibilidade de (re)construir fatos que são realçados do TM no T1 (por exemplo, a previsão que Thomas Malthus, no século XVIII, fez acerca da possibilidade de uma fome mundial) e fatos que agora (no T1) se calam (por exemplo, o despertar da ONU, do Bird e do FMI para a gravidade de problemas decorrentes da alta de alimentos no mundo). Isso, sem dúvida alguma, denota escolhas subjetivas do vestibulando o qual optou por destacar em seu texto alguns fatos do TM e outros simplesmente por silenciá-los.

Sobre os gestos de paráfrases que apenas um de nossos corretores (o corretor A) nos indicou ocorrer em quase todo 3º§ do T1, destacamos alguns efeitos de sentido que, como na análise acima do 2º§ do T1, nos dizem agora do diferente, de sentidos-outros.

Assim, primeiramente analisando o TM (3º§), observamos que seu autor, estando a validar a ideia final concluída no 2º§ de tal texto — o fato de que o mundo hoje come mais —, justifica esse argumento nos informando de que países emergentes como China, Índia e Brasil, além de terem, nos últimos anos, desenvolvido economicamente mais, tornaram-se mais urbanos, deixando, pois, de produzir seu próprio alimento para

comprá-lo no supermercado. De modo um pouco diferente, a paráfrase do 3º§ do TM, no T1 (3º§), procura realçar não a circunstância final enunciada no 2º§ do TM, mas a crise de alimentos em si e suas causas, uma delas, por exemplo, pode ser “a grande demanda de alimentos...”. Nessa paráfrase, então, o *scriptor*, isto é, aquele que ocupa a posição de leitor e escrevente de seu texto (CALIL, 2008), no caso, o vestibulando, realçou a causa da crise de alimentos e não seu(s) efeito(s), da maneira como, no TM, se realça.

Além do elemento diferente que pontuamos haver no T1, surgem, em seu final, informações extras — a demanda de alimentos está associada, segundo o vestibulando, à “a alta quantidade populacional em países emergentes como, Brasil, China e Índia”, e ainda ao “desenvolvimento interno econômico que se eleva tornando cada vez mais essas nações, em nações urbanas importando em alta quantidade, aquilo que não está sendo mais produzido” (T1) — que não constam, exatamente, do TM. Elas, possivelmente, são produto da leitura e interpretação que o vestibulando fez do TM de passagens do tipo: “economias emergentes”, “produto interno bruto” e “(...) deixou de produzir seu próprio alimento para comprá-lo (...)”. Para essa (re)formulação (3º§ do T1), diríamos que houve deslizos de sentido — estes, por exemplo, aparecem quando o vestibulando “traduz” PIB (produto interno bruto) (TM) por “desenvolvimento interno econômico” (DIE ?) (T1) e o relaciona a uma das causas (?) da crise de alimentos em países emergentes.

No que tange ao reconhecimento dessa paráfrase do 2º§ do T1, torna-se, também, possível destacar que os grifos do corretor A parecem não levar em conta valores construídos semanticamente pelo vestibulando — os deslizos de sentido indicados acima atestam bem isso. Dessa forma, o corretor A pode estar fora do limiar de distorção de sentidos para o que se espera de uma leitura do TM e o corretor B, por ter percebido tal fato, optou por não aceitar o 3º§ do T1 uma paráfrase de enunciados do TM.

Acerca desse fato, nosso ponto de vista, enunciativamente aqui construído, nos permite imaginar que o corretor A, provavelmente, não deve ter avaliado tal paráfrase em termos do que se chama de “parentescos semânticos” entre dois segmentos de textos, isto é, conforme Wittgenstein (*apud* FUCHS, 1994, p. 132), “semelhanças mais ou menos locais, construídas a partir da interpretação de enunciados, e não de um núcleo comum

## O dizer do outro sob efeitos de gestos de interpretação

partilhado por todos os enunciados (...)”<sup>10</sup>. Ao que nos parece, então, esse corretor apenas a olhou a partir de palavras (núcleos comuns) que nos saltam, a primeira vista, como “iguais” no T1 (3º§) e no TM (3º§), deixando, pois, de se atentar à noção wittgensteiniana de “parentescos semânticos”, que poderia, caso soubesse, levá-lo rever a avaliação que fez dessa paráfrase presente no 3º§ do T1. Talvez o corretor B tenha ficado atento a isso, já que recusou ser paráfrase o trecho do T1 a que estamos nos aludindo.

A respeito de mais um gesto de paráfrase (o último), o qual foi assim localizado e avaliado por ambos os corretores A e B no 4º§ do T1, temos a dizer que ele trata de uma (re)formulação que revela as escolhas de seu *scriptor* que servem para dizer dos “mesmos sentidos” do TM e, também, (re)vela possíveis *efeitos de sentido* aí emergindo. Exemplo disso está na invenção de um suposto artigo (publicado na Folha de São Paulo) que, no T1 (4º§), é tomado pelo vestibulando para nos relatar sobre o desperdício de alimentos que ocorre no Brasil — artigo esse que não é referido pelo TM (neste, o que vemos é uma apresentação de um dado com base em uma estimativa feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, acerca do desperdício em nosso país). Além disso, a troca de “joga fora” (TM: “(...) uma família de classe média joga fora (...)”) por “desperdiça” [T1: “(...) uma família de classe média desperdiça (...)”] aponta para a presença de uma subjetividade aí, o vestibulando, a qual, por estar imersa no simbólico (o T1), nos faz perceber um efeito de mesmos sentidos do TM. Assim sendo, “jogar fora” e “desperdiça” funcionam no 4º§ do T1 sinonimicamente, dada a argumentação do TM que mobiliza “jogar fora” para direcionar o(s) sentido(s) para a conclusão de que há desperdício<sup>11</sup>.

Frente a essa questão das escolhas que o vestibulando marcou na (re)formulação do 4º§ do T1, notamos que ela, por ser de natureza subjetiva, nos leva a (re)conhecer, em tal parte desse texto, sentidos-outros. Cabe, por ser parte do que essa segunda análise se intitula (*exaltando a paráfrase...*), aqui retomarmos o comentário que o corretor B nos deixou junto às paráfrases que ele apontou haver no T1.

<sup>10</sup> Tradução nossa.

<sup>11</sup> Parece ser esse o motivo de os corretores A e B enxergarem no 4º§ do T1 uma paráfrase bem-sucedida de enunciados do TM, levando inclusive o corretor B a produzir o comentário que, no início dessa segunda análise, reproduzimos.

Reiterando, então, tal comentário, o qual, sumariamente, nos diz que “o candidato reescreve o texto motivador com suas palavras, sem alterar o sentido dele”, é possível agora afirmar, sem qualquer receio nosso, que essa certeza do corretor B, ante a(s) paráfrase(s) (duas somente, conforme ele) que o vestibulando produziu no T1 e que ele as avaliou, sob o efeito da objetividade imaginária do processo seletivo de Vestibular, corresponde ao que Orlandi (2004) chama de “ilusão de completude”. Acerca disso, diríamos aqui que nossas análises confirmam algo diferente. Ora, T1 (exatamente no 2º, 3º e 4º parágrafos aqui observados) é incompleto — sentidos lhe faltam, porque podem também faltar no TM. A opinião do corretor B de que os “mesmos sentidos” dos enunciados do TM não se alteraram nas (re)formulações parafrásticas presentes no T1 serve, com efeito, para corroborar a hipótese de nosso trabalho: há subjetividade(s) determinando o fato de se tentar conceber dois ou mais enunciados como sendo paráfrases de outro(s) enunciado(s). Essa subjetividade, no caso, a de corretores de redação de vestibular, é que nos faz, por conseguinte, crenes naquilo que ela afirma ser o TODO, o *Um* do sentido, “o mesmo sentido” que acontece uma segunda vez, por exemplo, em paráfrases como as do T1.

Para finalizar essa análise, resta-nos comentar, a partir dos três parafraseamentos que formam o T1, a questão do princípio de autoria. Assim, no caso da paráfrase que o vestibulando produziu no 2º§ do T1, observamos que ela corrobora o que Possenti (2002) chama de “indícios de autoria”. Estes, por exemplo, podem ser notados em tal paráfrase, através das formas linguísticas “disse que” que compõem o metaenunciado “No século XIII, Thomas Malthus disse que (...)”. Tais formas<sup>12</sup> linguísticas que o vestibulando empregou (a fim de introduzir a paráfrase a que estamos nos referindo) reproduzem, pois, “o mesmo” da voz do suposto artigo, que foi publicado na Folha de São Paulo (elas denunciam, sim, marcas de um trabalho do vestibulando enquanto autor de sua “modesta” paráfrase).

---

<sup>12</sup> Em se tratando do uso das formas linguísticas que compõem a expressão “disse que”, as quais serviram ao vestibulando para introduzir a paráfrase em sua redação, destacamos que a troca “previu”, em “(...) Thomas Malthus (...) previu” (TM) para “(...) Thomas Malthus disse que” (T1), impõe que aí reconheçamos o estatuto desses verbos. Sendo assim, *prever*, o qual pode ser considerado um *verbo factivo*, apresenta o efeito de fazer pressupor a verdade do que é dito na oração encaixada. O mesmo não ocorre com verbo *dizer*, o qual não é um *verbo factivo* e, por isso, não produz um efeito de verdade daquilo que é dito.

## O dizer do outro sob efeitos de gestos de interpretação

Quanto à paráfrase que aparece no 3º§ do T1, podemos dizer que ela, ao procurar (re)formular as causas que, no TM, são dadas para a crise de alimentos, evidencia para nós leitores o trabalho de seu produtor tentando retroagir a esse “já-dito”. É nesse gesto de retorno “ao mesmo” (a paráfrase) que o vestibulando assume aí uma posição de autor, já que nesse agir na (com a) linguagem do TM e do T1 ele teve de amarrar parte da dispersão de sentidos que sempre se instala em qualquer texto, devido à equívocidade da língua (TFOUNI, 2008, p. 141-142).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme nossa análise e discussão acima, refletindo sobre “os mesmos sentidos do TM” encontrados na (re)escrita da redação do aluno vestibulando, é possível dizer que, há *efeitos de sentido* (re)velando-nos sentidos-outros no T1. Tais sentidos-outros são, pois, aquilo que gera uma tensão entre sentidos que, no T1, são aceitos e, também, entre sentidos que não aceitos pelos corretores A e B como sendo da mesma natureza (ou não) de sentidos do TM.

Foi justamente em meio a essa tensão que, aqui, tornou-se possível a nós reconhecermos que, realmente, existem subjetividades implicadas às reescritas parafrásticas examinadas. Isto tanto pode ser percebido da parte daqueles que assumem o papel de ler-reconhecer-avaliar gestos de paráfrase em redações de vestibular (no caso, os papéis ativos dos corretores A e B) quanto da parte daqueles que redigem textos, como é o caso de vestibulandos, dado que, em função do forte investimento imaginário de objetividade oportunizado pela própria instância do vestibular, esperava-se que sentidos do TM se mantivessem iguais no T1 produzido nessas circunstâncias.

Diante, então, dessas questões de subjetividades que, aqui, conjeturamos haver em parafraseamentos textuais, trazemos apenas uma nota final. Esta diz respeito à inviabilidade de avaliar paráfrases em contextos de vestibular, respaldando-se exclusivamente em abordagens formais, tal como devem ter feito os corretores de redação A e B em suas avaliações realizadas com o T1. Estes corretores as concebem a partir de mecanismos formais do tipo: inversões sintáticas e de sinónímias; mecanismos que o

vestibulando deve ter utilizado para parafrasear enunciados do TM. Tais abordagens, com efeito, tomam o sentido como pré-existente a textos, e não da forma como ele é: enquanto possibilidade de um SER (ou ESTAR para) um (e)feito relacional, isto é, parafraseando ORLANDI (1988, p. 10), *o sentido é sempre em relação a, na/da linguagem (re)formulada; efeito que, por sua vez, (re)clama para si o olhar atento do leitor para questões semânticas relativas a todo dizer.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALIL, Eduardo. **Escutar o invisível**: escritura e poesia na sala de aula. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

COPEV. **Arquivo de prova**. Dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 01.02.2012.

COPEV. **Manual do candidato**: processo seletivo. dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 01.02.2012.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Linguística e Psicanálise**: princípios de uma semântica enunciativa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

FUCHS, C. **Paraphrase et énonciation**. Paris: Ophrys, 1994.

ORLANDI, Eni. **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2004.

## ANEXO

### SITUAÇÃO A (ou TM):

A idéia de um mundo famélico, à beira do colapso, assombra a humanidade desde que o economista e demógrafo inglês Thomas Malthus (1766-1834) previu, no século XVIII, que no futuro não haveria comida em quantidade suficiente para todos. Sua teoria não se confirmou, mas volta e meia assusta. Foi quase em uníssono que, nas últimas semanas, os principais organismos internacionais – a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – chamaram atenção para a gravidade dos problemas decorrentes da alta dos alimentos. No último ano, os preços subiram 57%. Isso em média, porque o trigo, por exemplo, subiu 130%. Para as pessoas que vivem no limiar da miséria, pode significar a fome. O Banco Mundial previu que 100 milhões de pessoas poderão submergir na linha que separa a pobreza da miséria absoluta devido ao encarecimento da comida.

O ponto central, como registrou a revista inglesa *The Economist*, é que os alimentos alcançaram um novo patamar de preços, o mais alto

dos últimos trinta anos. Eles podem baratear um pouco, mas não voltarão aos níveis do fim dos anos 70. O mundo está migrando para uma nova realidade, e a transição está sendo mais longa e difícil do que se previu. O problema tornou-se crítico agora porque vários fatores adversos ocorreram simultaneamente e afetaram a produção. Os estoques reguladores entraram então no nível mais baixo das últimas três décadas. Entre as diversas causas, a mais importante é que o mundo está comendo mais.

O aumento da demanda se deu principalmente na China, na Índia e no Brasil, as economias emergentes que lideram o movimento de alta no padrão de consumo de suas populações. Juntos, os três países têm mais de um terço dos habitantes do planeta. Uma mudança de padrão de consumo é suficiente, portanto, para uma alteração significativa na economia global. No ano passado, a China expandiu seu produto interno bruto (a soma das riquezas produzidas no país) em 11,4%. A Índia cresceu 9,6%. Não foi só isso. Além de comer mais, a população desses países está se tornando mais urbana. Ou seja, deixou de produzir o próprio alimento para comprá-lo no supermercado, o que torna necessário que se produza mais comida em larga escala para atender às cidades.

FRANÇA, Ronaldo. **Veja**, 23 de abril de 2008.

A crise mundial na produção de alimentos foi chamada pela ONU de “tsunami silencioso”. No Brasil, ocorre todos os dias outro desastre, também silencioso: o desperdício. Segundo estimativa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), uma família de classe média joga fora, em média, 182,5 quilos de comida por ano, o suficiente para alimentar uma criança por seis meses.

Um hipermercado pode desperdiçar, por mês, até 2.000 kg de alimentos bons para o consumo, mas não para a venda. Em 2007, 24 mil toneladas de material orgânico (partes de hortaliças ou comida considerada imprópria ao consumo) foram descartados na Ceagesp.

O ciclo de desperdício segue nas feiras-livres, onde a perda estimada, em São Paulo, é de mil quilos por dia.

Mas boa parte do desperdício no país não pode ser impedida por consumidores ou comerciantes. Estudo do IBGE estima que 8,7% da produção de grãos é perdida ao longo da cadeia produtiva, por conta das más condições de transporte e armazenamento. A pesquisa também aponta que 4,7% dos grãos são perdidos ainda na plantação, por conta de problemas climáticos. No total, são 10 milhões de toneladas/ano desperdiçadas antes mesmo de chegar aos pontos-de-venda.

“O número é alto, considerando que os grãos têm maior durabilidade. A perda de frutas e hortaliças deve ser ainda maior”, diz Júlio Perruso, 40, gerente de análise e planejamento do IBGE.

Cyrus Afshar. **Folha de S. Paulo**, 31 de maio de 2008.

Produza seu texto respondendo a pergunta: **Como conter a fome no mundo?**

Recebido: 03/07/2012

Aceito: 05/08/2012